



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA: TEORIA E METODOLOGIA**

MANOEL ALVES NETO

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA A PARTIR DA ANÁLISE DO FILME *A PRINCESA E O SAPO*: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

CAJAZEIRAS – PB

2024

MANOEL ALVES NETO

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA A PARTIR DA ANÁLISE DO FILME *A PRINCESA E O SAPO*: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Artigo apresentado a especialização de Ensino de História: Teoria e Metodologia, como parte integrante para obtenção do título de especialista.

Orientadora: Prof. Dra. Simone Joaquim Cavalcante

CAJAZERIAS – PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

A474e Alves Neto, Manoel.
Educação antirracista a partir da análise do filme *A Princesa e o Sapo*: contribuições para o ensino de História / Manoel Alves Neto. – Cajazeiras, 2024.
26f. : il. Color.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Joaquim Cavalcante.
Artigo (Especialização em Ensino de História: Teorias e Metodologias)
UFCG/CFP, 2024.

1. Ensino de História. 2. Educação antirracista. 3. Relações raciais. 4. Filme - A Princesa e o Sapo - Análise. 5. Cinema. 6. Racismo. I. Cavalcante, Simone Joaquim. II. Título.

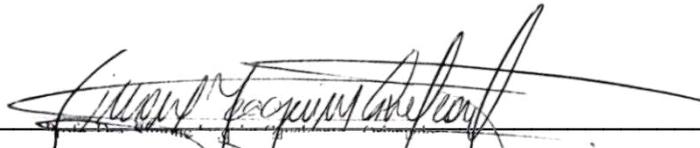
UFCG/CFP/BS

CDU – 94:37

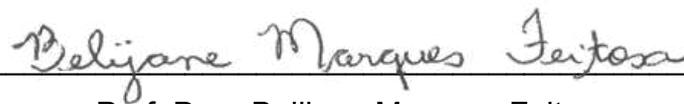
Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em: 13/08/2024



Prof. Dra. Simone Joaquim Cavalcante
(Orientadora)



Prof. Dra. Belijane Marques Feitosa
(Examinadora)



Prof. Dra. Stella Marcia De Moraes Santiago
(Examinadora)

Prof. Dr. Isamarç Gonçalves Lôbo
(Suplente)

CAJAZEIRAS – PB

2024

RESUMO: Este artigo tem como objetivo central analisar criticamente o uso do filme *A Princesa e o Sapo* (2009) como ferramenta pedagógica para o ensino de história e educação antirracista, focando na construção histórica da imagem da pessoa negra em produções audiovisuais. Com a promulgação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino da história da África e dos africanos e da história e cultura indígena nos currículos escolares brasileiros, houve um avanço significativo no reconhecimento das contribuições histórico-culturais desses grupos. No entanto, apesar da existência dessas leis há mais de duas décadas, o racismo persiste, revelando a necessidade contínua de abordagens pedagógicas eficazes para combatê-lo. Neste contexto, o uso de novas metodologias e ferramentas educacionais é fundamental. As tecnologias digitais e os conteúdos audiovisuais, como as animações cinematográficas, oferecem novas oportunidades para o ensino de temas complexos como o racismo. Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, utilizando a análise de conteúdo para examinar o filme *A Princesa e o Sapo* (2009) como ferramenta pedagógica no ensino de história. A análise crítica das representações de raça e cultura presentes na narrativa busca identificar e desconstruir estereótipos que podem influenciar a percepção dos alunos sobre a diversidade étnico-racial. A abordagem visa explorar como esse filme pode ser utilizado para promover uma discussão crítica sobre as representações da pessoa negra em produções audiovisuais e refletir sobre o papel do Ensino de História na formação de uma consciência histórica crítica e antirracista. Este estudo é fundamentado nas contribuições teóricas de Citolin (2017), Brasil (2004), Fernandes (1972) e Jakubaszko (2015), que oferecem uma base sólida para a discussão.

Palavras-Chave: Educação antirracista; Ensino de história; Cinema; Racismo.

ABSTRACT: This article aims to critically analyze the use of the film *The Princess and the Frog* (2009) as a pedagogical tool for teaching history and anti-racist education, focusing on the historical construction of the image of Black people in audiovisual productions. With the enactment of Laws 10.639/2003 and 11.645/2008, which made it mandatory to teach the history of Africa, African people, and Indigenous history and culture in Brazilian school curricula, there has been significant progress in recognizing the historical and cultural contributions of these groups. However, despite the existence of these laws for over two decades, racism persists, revealing the ongoing need for effective pedagogical approaches to combat it. In this context, the use of new educational methodologies and tools is essential. Digital technologies and audiovisual content, such as animated films, provide new opportunities to teach complex topics like racism. This study adopts a qualitative approach, using content analysis to examine the film *The Princess and the Frog* (2009) as a pedagogical tool in history teaching. The critical analysis of race and cultural representations in the narrative seeks to identify and deconstruct stereotypes that may influence students' perceptions of ethnic and racial diversity. The approach aims to explore how this film can be used to promote a critical discussion about the representation of Black people in audiovisual productions and to reflect on the role of History Education in developing a critical and anti-racist historical consciousness. This study is grounded in the theoretical contributions of Citolin (2017), Brasil (2004), Fernandes (1972), and Jakubaszko (2015), providing a solid foundation for the discussion.

Keywords: Anti-racist education; History teaching; Cinema; Racism.

Introdução

*O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica.
Silvio Luiz de Almeida (2018)*

A Lei 10.639/2003, sancionada em 9 de janeiro de 2003, constituiu um marco na legislação brasileira ao instituir a obrigatoriedade do estudo da História da África e dos Africanos na educação básica do país, tanto em instituições públicas quanto privadas, sendo modificada posteriormente pela Lei 11.645/2008, que incluiu também as temáticas relacionadas a cultura e história Indígena nos currículos escolares de todo o país. Essa legislação representou um avanço significativo ao buscar valorizar, reconhecer e fortalecer as contribuições histórico-culturais dos negros e indígenas para a formação da sociedade nacional, resgatando suas contribuições nos âmbitos social, econômico e político pertinentes à História do Brasil (Lerro, 2024; Santos; Rocha, 2024).

Anteriormente a promulgação da lei, o currículo escolar brasileiro negligenciava não só o ensino de história como também da cultura afro-brasileira e indígena, limitando-se a abordar esses conteúdos de maneira rasa e rodeada de estereótipos, o que perpetuava preconceitos e discriminações, ao mesmo tempo que deixava de promover o ensino da diversidade cultural nacional (Lerro, 2024). Depois de promulgada, a lei determinou a inclusão dessas temáticas em todas as etapas da educação básica, abrindo caminho para a inserção de conteúdos que abordem a história dos povos africanos e indígenas, a influência da sua cultura na formação da sociedade brasileira, suas lutas e conquistas, além de incluir discussões de conceitos como raça e racismo (Lerro, 2024; Santos; Rocha, 2024).

Contudo, mesmo passando-se mais de vinte anos de sua promulgação, ainda é evidente a necessidade de se combater o racismo que ainda é presente na sociedade brasileira, estando longe de ser erradicado. Dessa forma, é de extrema importância continuar a se trabalhar essas temáticas em sala de aula, buscando-se sempre a constante atualização de currículos, materiais didáticos, capacitação de professores, bem como a elaboração de novas formas de ensinar e aprender dentro desse contexto.

Ao se falar de novas formas de ensinar e aprender, se faz necessário uma associação com o avanço das tecnologias e sua crescente utilização em sala de aula como possível ferramenta de aprendizagem, algo que se torna mais comum a cada dia, uma vez que as tecnologias trazem consigo diversas possibilidades de participação mais ativa dos alunos, bem como a produção de aulas diversificadas e interativas, podendo promover uma educação mais significativa em torno da aquisição do conhecimento. Uma dessas possibilidades é a utilização de conteúdos audiovisuais como ferramentas auxiliares do ensino, em especial as produções cinematográficas, que trazem estímulo e significado na prática de aplicação do conhecimento em sala de aula. Sylvia Elisabeth de Paula Alencar apresenta que:

Através da utilização do cinema na sala de aula, professores e alunos podem inteirar-se dos preconceitos, da inversão de valores, que estão na maioria das vezes camufladas, existentes na sociedade e procurar refletir criticamente sobre eles. (Alencar, 2007, p. 37)

Dessa forma, o cinema e suas produções mostram-se como importantes ferramentas metodológica, possibilitando o trabalho didático e pedagógico com abordagens visuais e interpretativas mais amplas, capazes de fomentar novos modos de ensinar e aprender na contemporaneidade.

Dentre os diversos gêneros fílmicos, as animações voltadas ao público infanto-juvenil, principalmente as baseadas nos clássicos contos de fadas, ainda são vistas com menos entusiasmo por profissionais da educação, pois tais produções são destinadas apenas ao entretenimento. No entanto, ao lançar luz com um olhar mais atento sobre os usos dessas produções cinematográficas, pode-se perceber a possibilidade de utilização dessas obras como instrumento de ensino aplicadas a diferentes temáticas, mesmo que para muitas dessas obras o objetivo primeiro seja o entretenimento, como dito.

Uma dessas obras muito conhecida é o filme *A Princesa e o Sapo*, produção do estúdio Disney de 2009, que se tornou um marco ao introduzir a primeira princesa negra nas animações da época. Contudo, ao se fazer uma análise aprofundada, percebe-se como o filme também reforça diversos estereótipos em relação as populações negras. Desta forma, este artigo busca abordar o filme *A Princesa e o Sapo* (2009) como possível ferramenta a ser utilizada nas aulas de história, a partir análise sobre a construção histórica da imagem da pessoa negra em produções

audiovisuais e as problemáticas decorrentes dessas representações quando partem de uma visão carregada de preconceitos e estereótipos, pautadas em visões marcadamente racistas.

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente o uso do filme *A Princesa e o Sapo* (2009) como ferramenta pedagógica para o ensino de história e educação antirracista, focando na construção histórica da imagem da pessoa negra em produções audiovisuais, com isso se faz necessário adotar uma abordagem qualitativa, utilizando a análise de conteúdo para examinar o filme *A Princesa e o Sapo* (2009) como uma ferramenta pedagógica no ensino de história, tal metodologia torna-se fundamental visto que ela busca “analisar os dados provenientes das comunicações, buscando compreender os significados e os sentidos das mensagens, que vão além de uma leitura comum.” (Cardoso, Oliveira & Ghelli, 2021, p. 99).

Através da análise crítica das representações de raça e cultura presentes na narrativa, busca-se identificar e desconstruir estereótipos que podem influenciar a percepção dos alunos sobre a diversidade étnico-racial. O estudo também sugere práticas pedagógicas que incentivam discussões em grupo e reflexões críticas, promovendo um ambiente de aprendizado que respeite e valorize a diversidade cultural. Além disso, a pesquisa contextualiza a importância da implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que visam a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, ressaltando a relevância de uma educação antirracista no Brasil contemporâneo.

O filme como ferramenta de análise para o ensino de história: Os usos das tecnologias na educação básica

Discussões sobre os usos de filmes em sala de aula mostram que estes são ferramentas auxiliaadoras no que se refere ao ensino e aprendizagem, o professor não somente diversifica a metodologia das aulas, mas também pode fomentar o senso crítico nos discentes, fazendo com que os educandos desenvolvam suas habilidades de compreensão e debate, saindo da perspectiva de assistir produções fílmicas só pelo entretenimento, mas também pela busca de novos conhecimentos.

Desde o surgimento da arte de produzir vídeos, através da invenção do cinematógrafo criado pelos irmãos Auguste e Louis Lumière por volta do ano de 1895, a ferramenta tem sido reformulada e repensada há décadas para diferentes campos

de estudos, dentre eles destaca-se o campo da História que fez inúmeras utilizações da tecnologia, para Veruska Anacirema Santos da Silva (2009, p. 2):

No rastro das novas abordagens, fontes e métodos inaugurados pela Escola dos *Annales*, o cinema surgiu tanto como objeto quanto como fonte sobre a história, ao favorecer análises sobre as relações do cinema com a sociedade, com as ideologias, com a produção de discursos históricos e com o ensino desta disciplina.

Dessa forma, uma produção cinematográfica se configura como artefato cultural complexo, que envolve uma gama de processos constitutivos, perpassando por escolhas e possibilidades técnicas, financeiras, culturais e políticas, que interferem diretamente no resultado do trabalho final que é observado pelo telespectador, caracterizando-se como uma fonte carregada de elementos cabíveis de estudo e análise histórica (Souza, 2010), tornando-se cada mais popular e atraindo cada vez mais o interesse de historiadores em seu estudo.

Nesse sentido, Alencar (2007) ressalta esse fato ao apontar que é no século XIX quando pesquisadores de diversos países se propuseram a realizar estudos registrando suas descobertas em películas cinematográficas. Sendo assim, no que tange ao campo educacional, a utilização do cinema em sala de aula mostrou-se um método de ensino eficaz. No que corresponde ao ensino da história, o cinema consegue não somente chamar a atenção do aluno voltado para as aulas, mas também aplicar o conhecimento exposto em sala de aula de forma dinâmica, podendo estimular assim a atenção do aluno.

Sylvia Elisabeth de Paula Alencar (2007, p. 37) aponta que:

A mídia, e em especial o cinema, quando bem utilizados na escola funcionam como um subsídio valoroso não só para o desenvolvimento do senso crítico, mas também para desmistificar variadas crenças disseminadas e que são aceitas naturalmente.

Da Silva (2009, p. 6) complementa ao dizer que:

O cinema, então, oferece ao historiador, não apenas a possibilidade de uma leitura histórica dos significados explícitos ou subliminares dos filmes, mas também como mediador do conhecimento histórico para vastas parcelas da sociedade imersas em uma cultura cada vez mais visual.

Nesses aspectos podemos concordar que a utilização do cinema no campo

educacional é de grande importância, não somente por trazer aos alunos a possibilidade de tirar a monotonia das aulas expositivas e explicativas, mas também pela possibilidade de elevar o senso crítico dos alunos através da análise das mensagens e intenções dos elaboradores dos filmes e como Alencar (2007, p. 116) destaca, “o cinema está impregnado dos valores sociais que o influenciam e ao mesmo tempo veiculam valores, modos de ver, verdade (e não a verdade), modos de ação e percepção”.

Para compreender melhor como as mídias podem ser importante no ensino, se faz necessário compreender as TDICs¹ e como essas ferramentas auxiliam o aprendizado, Miriam Cristina Ferreira Gulin (2020, p. 17) destaca ao falar que:

No contexto contemporâneo, as TDIC são onipresentes em diversos aspectos na maneira como acessamos conhecimento, buscamos e trocamos informações, na comunicação com outras pessoas, nos sistemas de saúde, transporte, produção de bens e serviços, entre outros.

Não obstante, os novos meios de comunicações devem ser inseridos no meio escolar como guias auxiliares do saber. Linda Gabrieli da Silva e Maria Augusta D'Arienzo (2019, p. 4) corroboram ao dizer que:

As tecnologias digitais precisam ser compreendidas pelo professor como uma aliada ao seu conhecimento e o uso educativo pode proporcionar aos alunos aulas mais dinâmicas, atrativas e aprendizagens mais significativas. As tecnologias digitais atraem a atenção dos alunos, pois elas fazem parte do cotidiano, dentro e fora da escola.

Dessa forma, ao compreendermos que o uso de tecnologias digitais é algo comum e corriqueiro no meio escolar, o educador deve saber usar de forma coerente tais ferramentas, por uma variedade de motivos, compete à escola ensinar as crianças e adolescentes a utilizarem as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) de maneira consciente e adequada.

A não desvinculação do uso das TDICs em sala de aula está intrinsecamente ligada à necessidade de preparar os alunos para a realidade contemporânea. Vivemos em um contexto em que a informação está acessível em tempo real e as habilidades digitais são fundamentais para a participação ativa na sociedade. Portanto, incorporar as TDICs no ambiente educacional não apenas permite aos estudantes explorarem

¹ Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

novas formas de aprendizado, mas também os capacita para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades em um mundo cada vez mais digital e globalizado.

Dessa forma é certo afirmar que na contemporaneidade as aulas na educação básica estão sendo moldadas para se adaptarem à era digital e à crescente demanda tecnológicas do século XXI. A contemporaneidade trouxe consigo uma série de desafios e oportunidades para o ambiente educacional, e as escolas estão respondendo a essas mudanças incorporando novas práticas pedagógicas que se alinham com as necessidades dos alunos e com o mundo em constante evolução. Uma dessas práticas é o uso de filmes em sala de aula, uma ferramenta que não só oferece novas metodologias de ensino, mas que pode fomentar também o senso crítico dos estudantes. Marcos Napolitano (2008, p. 276) desta essa importância ao dizer que:

O cinema é um dos mais poderosos instrumentos contemporâneos de monumentalização do passado, na medida em que pode fazer dele um espetáculo em si mesmo, com evento personagens e processos encenados de maneira valorativa, laudatória melodramática.

O uso de filmes como metodologia na educação básica está em total consonância com os princípios e diretrizes que buscam promover uma educação integral, crítica e contextualizada. Primeiramente, os filmes proporcionam uma abordagem multidisciplinar, permitindo a integração de diferentes áreas do conhecimento de forma transversal. Dessa forma, os alunos podem relacionar o conteúdo cinematográfico com os objetivos de aprendizagem pré-estabelecidos, enriquecendo o processo educativo e estimulando a interdisciplinaridade.

Outro ponto relevante é que os filmes promovem o desenvolvimento das competências e habilidades previstas na BNCC, Base Nacional Comum Curricular (2017), como o pensamento crítico, a comunicação, a interpretação e a análise de informações. Ao assistir a filmes, os alunos são desafiados a refletir sobre os temas abordados, a identificar mensagens e valores transmitidos, e a formular argumentos fundamentados. Isso estimula a autonomia intelectual e a capacidade de expressão dos estudantes, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Ademais, os filmes proporcionam uma rica experiência de alfabetização audiovisual²,

² A alfabetização audiovisual é um processo educativo que visa desenvolver nos indivíduos a capacidade de compreender, interpretar, criticar e criar conteúdo em formatos audiovisuais.

contribuindo para o desenvolvimento da competência leitora e da capacidade de interpretar diferentes linguagens e formas de expressão.

O caminho da Lei 10.639/03 na educação brasileira: da promulgação à prática

No contexto brasileiro, a consolidação da história como disciplina escolar remonta ao final século XIX, período marcado por transformações significativas no campo da educação. Até então, o ensino no Brasil colonial e imperial era predominantemente baseado em uma perspectiva eurocêntrica, com ênfase nos estudos clássicos e religiosos. No entanto, com o avanço das ideias iluministas³ e o movimento de independência do Brasil, surgiram novas demandas por um currículo educacional mais abrangente e relevante para a realidade nacional.

Foi nesse contexto que a história começou a ser reconhecida como uma disciplina escolar fundamental para a formação dos cidadãos brasileiros. Inspirados por movimentos intelectuais europeus, como o positivismo⁴, educadores e intelectuais brasileiros passaram a defender a inclusão do estudo da história pátria nos currículos das escolas, visando promover uma maior identificação dos alunos com a história e cultura do Brasil, como destaca os PCN's, Parâmetros curriculares nacionais, (1997, p. 20):

A História passou a ocupar no currículo um duplo papel: o civilizatório e o patriótico, formando, ao lado da Geografia e da Língua Pátria, o tripé da nacionalidade, cuja missão na escola elementar seria o de modelar um novo tipo de trabalhador: o cidadão patriótico.

Assim, ao longo do século XIX, observou-se um gradual processo de institucionalização da história como disciplina escolar no Brasil, com a criação de currículos específicos e a formação de professores especializados na área. Esse movimento não apenas contribuiu para a consolidação da identidade nacional brasileira, mas também representou um passo importante na democratização do conhecimento histórico. Simone Varela (2014, p. 5) destaca que “A introdução do

³ O Iluminismo, ou esclarecimento foi ao mesmo tempo um movimento e uma revolta intelectual surgido na segunda metade do século XVIII (o chamado "século das luzes") que enfatizava a razão e a ciência como formas de explicar o universo. Silva (2007, p. 2)

⁴ Corrente de pensamento filosófico que surgiu na Europa, mais precisamente na França e defendia que o conhecimento científico era a única forma de conhecimento válido (Mendonça, 2019).

ensino de História do Brasil, no ensino secundário, ocorreu a partir de 1855 e, em seguida, foram desenvolvidos programas para as escolas elementares”.

Contudo, o ensino de História do Brasil foi por anos marcado pela exclusão de temas relacionados a cultura afro-brasileira ou pela sua inclusão de forma inadequada, carregada de preconceitos e estereótipos, o que contribuía para a manutenção de teorias racistas, que ampliavam a depreciação e inferiorização do povo negro mesmo anos após a abolição da escravidão, em 1888 (Santos; Rocha, 2024). Essa situação era ainda mais acentuada ao se destacar que a população negra ficou sentenciada, após a abolição, a ser retida nas periferias, sentenciada ao desemprego sistemático, trabalhos ocasionais e levando um modo de viver indecoroso (Fernandes, 1972).

Todavia, o início do século XX foi marcado pelo surgimento de discussões e movimentos que ressaltavam as contribuições dos diferentes povos na construção da sociedade brasileira. Essas discussões se fortaleceram no decorrer das décadas de 1930 a 1970, devido aos movimentos sociais que reivindicavam o acesso equitativo dos negros à educação, em especial graças aos Movimentos Negros, que buscavam combater a discriminação racial, além de denunciar o racismo e organizar a comunidade negra para enfrentamento dos possíveis conflitos raciais decorrentes das ações do Movimento (Santos; Rocha, 2024; Alberti; Pereira, 2010).

Os Movimentos Negros assumiram papel importante na luta pela democratização do ensino à comunidade negra, preocupando-se em sistematizar e organizar suas demandas educacionais, reivindicando mudanças nas políticas educacionais, livros didáticos, currículo e na formação de professores (Santos; Rocha, 2024). Essas reivindicações resultaram em vitórias que representaram um marco importante na luta pela promoção da igualdade e diversidade dentro do sistema educacional brasileiro. Ao longo dessas últimas décadas, políticas públicas foram implementadas visando combater a desigualdade racial e promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados.

Dentre estas iniciativas destaca-se a Lei 10.639/2003, promulgada em 9 de janeiro de 2003 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alterando a Lei 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura da África e dos Africanos no currículo escolar dos ensinos fundamental e médio, tanto nas redes pública e privada no Brasil.

À Lei 9.394/1996 foram acrescentados os artigos 26-A e 79-B no currículo escolar dos ensinos fundamental e médio das redes de educação privada e pública no Brasil.

Desse modo, a partir do ano de 2003, a Lei 9.394/96 passa a valer acrescida dos seguintes artigos: 26-A e 79-B.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação. (BRASIL, 2003).

A Lei 10.639/2003 é considerada fruto das lutas históricas dos Movimentos Negros no Brasil. Santos (20007, p. 23) destaca em seus trabalhos:

O que diversos setores vêm sinalizando, entretanto, é que a Lei é um instrumento para reposicionar o negro no mundo da Educação. Segundo esta leitura, História e Cultura Afro-Brasileira, compreendendo História da África, a cultura negra etc., são na verdade instrumentos de construções de outras visões de mundo alternativas à eurocêntrica que domina nossa formação – ou, instrumentos para a construção de visões plurais –, e não “apêndices”, conteúdos “a mais” que devem ser trabalhados em momento específicos como o dia 13 de maio ou mesmo o 20 de novembro que é citado pela Lei.

Diversas outras legislações surgiram para possibilitar a execução do que passou a ser instituído pela promulgação da Lei 10.639/2003. Destacando-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004), que buscou orientar com parâmetros, princípios e conteúdos a implementação da lei anterior, e a Lei 11.645/2008, cujo conteúdo amplia obrigatoriedade prevista pela Lei 10.639/2003 para a inclusão do ensino da história e influência da cultura indígena na formação do Brasil.

Entretanto, apesar dos avanços importantes na promoção da educação étnico-racial, é importante reconhecer que ainda persistem desafios significativo. Mesmo com a promulgação de leis e políticas destinadas a valorizar a história e a cultura dos

povos africanos e indígenas, há um contínuo apagamento desse ensino em muitas instâncias do sistema educacional brasileiro. Muitas vezes, os conteúdos relacionados à história africana e afro-brasileira são marginalizados ou até mesmo omitidos dos currículos escolares, contribuindo para a perpetuação de estereótipos e preconceitos.

Para compreender melhor a estrutura da importância da Lei 10.639/2003 e seu avanço nos espaços escolares podemos destacar o que aponta Nunes, Silva e Rocha (2018, p. 101), para eles existe uma preocupação de um ensino pautada num multiculturalismo, abrangendo a importância de uma educação sobre a comunidade afro-brasileira, os autores afirmam que “os movimentos se atentaram para a questão educacional como ponto fundamental, visto que se perpetuava por anos um sistema educacional excludente”.

Dessa forma, a promulgação da legislação 10.639/03 foi concebida com um propósito essencial de enfrentar o racismo ao reconhecer e valorizar a história e a cultura afro-brasileira e africana, as quais desempenharam um papel fundamental na formação e desenvolvimento do Brasil. Esta legislação não apenas visa reconhecer o legado dessas comunidades, mas também serve como uma ferramenta para fomentar uma educação que promova o respeito à diversidade cultural e social do país. Ao mesmo tempo, ela se posiciona firmemente contra todas as formas de preconceito, racismo e discriminação, buscando criar um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo para todos os brasileiros.

Não obstante, uma das principais contribuições da Lei 10.639/2003 foi a ampliação do conhecimento histórico dos estudantes brasileiros, proporcionando uma visão mais ampla e inclusiva da história do Brasil. Ao reconhecer e valorizar a contribuição dos povos africanos e afrodescendentes para a formação e desenvolvimento do país, essa legislação contribuiu para desconstruir estereótipos e preconceitos enraizados na sociedade, promovendo uma educação mais plural e democrática.

Porém, vale colocar em relevo o que Santos, Pinto & Chirinéa (2018, p. 950):

Não obstante, nota-se que passada mais de uma década da promulgação da lei nº 10.639/03, a efetivação e a difusão desta medida caminham a passos demasiadamente lentos, de modo que se torna relevante analisar o curso dado ao processo de implementação dessa lei.

Uma das discussões dos autores reside na análise do curso dado ao processo de implementação da lei. Muitas vezes, a legislação pode ser promulgada, mas a sua efetivação prática pode encontrar obstáculos significativos no caminho. Fatores como falta de recursos financeiros, resistência por parte de alguns setores da sociedade, falta de capacitação adequada dos professores e ausência de políticas educacionais abrangentes podem contribuir para essa lentidão.

Além disso, a implementação efetiva da Lei 10.639/2003 requer não apenas a inclusão dos conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, mas também a adoção de abordagens pedagógicas que promovam a reflexão crítica, o respeito à diversidade e o combate ao racismo. Isso demanda um esforço coordenado entre governos, instituições de ensino, professores, alunos e comunidades para garantir que os objetivos da legislação sejam alcançados de forma abrangente e significativa.

Diante disso, a comunidade escolar, professores, monitores, diretores e coordenadores pedagógicos, têm como responsabilidade, desenvolver ferramentas e formas de se ensinar que não só efetivem a lei, mas também promovam a pluralidade no que tange a proposta da legislação, fazendo com que, dessa forma, as unidades de ensino se tornem verdadeiros espaços de inclusão e respeito à diversidade.

***A princesa e o sapo* na educação antirracista: estratégias para se utilizar o filme em sala de aula**

A educação e as novas linguagens, como por exemplo, o cinema, lança luz ao surgimento de novos e outros mecanismos para compreensão de conteúdos abordados em sala de aula, que tem como intuito promover uma educação crítica/reflexiva e que insira o/a aluno/a como protagonista, os posicionando como parte fundamental na produção do conhecimento, portanto, uma educação engajante possibilitando a aproximação entre aluno/professor e fortalecendo o processo ensino e aprendizagem.

O filme *A princesa e o sapo* baseado na obra *O príncipe sapo* dos irmãos alemães Grimm é uma animação lançada pela Disney em 2009 que apresenta uma contranarrativa às abordagens clássicas dos contos de fadas. Ambientado na atmosfera vibrante de Nova Orleans durante os anos 1920, o filme segue a história de Tiana, uma jovem determinada e trabalhadora com o sonho de abrir seu próprio

restaurante. Sua vida sofre uma transformação mágica quando ela conhece o príncipe Naveen, que foi transformado em um sapo por um feitiço, o que acontece posterior também a Tiana. Juntos, embarcam em uma aventura para quebrar o feitiço e restaurar suas formas humanas.

No entanto, por trás da aparente inclusão e progressismo que podem ser atribuídos ao filme, surgem também críticas quanto as representações que o mesmo apresenta. Embora o filme tenha sido promovido como o primeiro a ter uma princesa negra da Disney como protagonista, surgem questões sobre a profundidade dessa abordagem e as representatividades oferecidas aos espectadores. Este aspecto levanta análises importantes sobre a autenticidade das representações étnicas nos meios de comunicação e sobre como essas representações podem ser moldadas para atender a agendas comerciais, em vez de refletir de fato a diversidade e a riqueza das experiências humanas.

Amailton Magno Azevedo e Sheila Alice Gomes da Silva (2014, p. 16) questionam “como uma animação baseada num conto de origem alemã pode trazer ao público o universo de permanências e rupturas da Diáspora africana, especificamente, na América do Norte?”. Nesse sentido, a animação *A princesa e o sapo* pode ser vista como uma oportunidade para examinar criticamente essas dinâmicas, explorando como elementos da cultura africana persistem e são adaptados na diáspora, ao mesmo tempo em que reconhece e aborda as injustiças históricas e as lutas por justiça e igualdade.

Nancy Fraser (2006) argumenta que a injustiça cultural ou simbólica é tão importante quanto a injustiça distributiva, e ambas estão interconectadas. Para alcançar a justiça social e a igualdade, é necessário abordar não apenas a distribuição de recursos materiais, mas também as dinâmicas culturais que perpetuam a desigualdade e a opressão. Essa compreensão mais ampla da injustiça tem influenciado discussões sobre diversidade, inclusão e representação em diversos campos, incluindo política, educação e cultura.

Não obstante, as críticas em torno do filme guiam uma necessidade de um debate mais profundo. Kellen Sara Muniz Santos (2022, p. 27) destaca:

Uma das críticas ao filme é que, apesar da riqueza de detalhes nos cenários, o filme não aborda completamente as condições de emprego de homens e mulheres afrodescendentes e a segregação de Jim Crow, que exigiam lugares separados para negros e brancos.

Isso traz à tona uma crítica pertinente ao filme, destacando uma lacuna na representação das condições sociais e da segregação racial enfrentada pelos afro-americanos durante o período em que o filme é temporalmente ambientado. Embora o filme ofereça uma rica ambientação de Nova Orleans dos anos 1920 e apresente uma protagonista negra, Tiana, cujas aspirações e desafios refletem aspectos da experiência afro-americana, a crítica aponta para a ausência de uma abordagem mais profunda das questões sociais e raciais da época. Ao não abordar completamente as condições de emprego e a segregação de Jim Crow⁵, o filme pode ser considerado de modo geral, à primeira vista, como “perdendo” uma oportunidade de contextualizar mais plenamente a experiência dos personagens afrodescendentes e de explorar as lutas e injustiças que enfrentavam naquele período de intensa segregação racial e social. De outra parte, deixa explícito uma não intencionalidade em abordar tais problemáticas no tempo e no espaço dessa produção cinematográfica.

Outro fator em destaque à obra é a representação de seus personagens, um em específico abre diversas possibilidades para o debate, por exemplo, como o vilão Dr. Facilier, que é representado como um personagem cheio de estereótipos no que tange a determinados aspectos das culturas africanas, principalmente, o culto aos voduns.

Figura 1: Personagem Dr. Facilier

⁵ São chamadas Leis Jim Crow as ordenanças que legalizaram a segregação racial que vigoraram nos estados e municípios do sul dos Estados Unidos entre 1877 e 1965, Vitória Miron Hussein (2022. p. 25).



Fonte: Médiun, 2016.

No filme, o personagem Dr. Facilier é frequentemente citado como um exemplo controverso de representação. Ele encarna uma série de estereótipos associados à cultura afrodescendente e ao vodun, retratando no decorrer da produção de forma negativa.

De acordo com Ferretti (2006, p. 1),

o culto dos voduns foi trazido para o Brasil e para as Américas com escravos procedentes do antigo Reino do Daomé [...]. O antigo Reino do Daomé na África Ocidental, conhecido de aproximadamente 1600 a 1900, sediado na região pertencente ao Benin, falante da língua Ewe-Fon, conhecida no Brasil como jeje, foi o berço desta religião.

Dr. Facilier é apresentado como um feiticeiro sombrio, que se utiliza de magia maligna para alcançar seus objetivos e manipular aqueles ao seu redor. Essa representação reforça a narrativa de que os típicos praticantes do vodun são malignos.

Outro ponto de análise surge em relação a caracterização física do personagem. Sua pele escura, associada a traços faciais exagerados, como lábios e nariz muito grandes, e uma figura magra e sinistra, reflete uma representação caricatural dos homens negros, portanto, racista e preconceituosa. Essa estilização, combinada com sua associação ao vodun, reforça estereótipos prejudiciais sobre pessoas de ascendência africana, retratando-as como misteriosas, perigosas e

intrinsecamente ligadas ao ocultismo. O que precisa ser combatido no âmbito de uma educação antirracista.

É importante reconhecer que a representação de Dr. Facilier contribui para a perpetuação de narrativas nocivas que marginalizam comunidades afrodescendentes e distorcem suas práticas culturais. No que tange esse debate, Amailton Magno Azevedo e Sheila Alice Gomes da Silva (2014, p. 19) corrobora ao citar que:

O filme, de modo geral, representa o Vodun sob as lentes disciplinares da ideologia hegemônica eurocêntrica que traz a Europa numa perspectiva central no mundo do conhecimento, da cultura, entre outros. O personagem do 'bruxo' tem em suas características fenotípicas com uma maior incidência de traços negróides, como: lábios grossos e nariz não afunilado, o que não encontramos nos personagens do núcleo dos mocinhos. O que nos permitiu associar a uma linha da cor, onde a bondade está associada ao embranquecimento ou aproximação da beleza eurocêntrica, e a maldade ao distanciamento desta e/ou enegrecimento.

Ao retratar um personagem negro como um vilão que usa práticas mágicas associadas à sua herança cultural de maneira negativa, o filme reforça ideias preconcebidas e limitadas sobre essas populações. Isso destaca a necessidade de uma representação mais diversificada e não estereotipada nas mídias, que respeite e celebre a riqueza e a complexidade das diferentes culturas ao redor do mundo.

Sob essa mesma perspectiva pode-se analisar a protagonista, a princesa Tiana. Como dito, o filme com animação é vendido com o slogan de apresentar a primeira princesa negra do já consolidado Estúdio Disney, mas a mesma possui pouco tempo de tela na forma humana, "o que aparece é uma rã como princesa, pois nos primeiros 30 minutos de filme ambos os mocinhos se animalizam, virando sapos, e só retornam a forma humana faltando 3 minutos para o final" (Miranda, 2016)⁶.

Então, mesmo parecendo querer abraçar um contexto étnico/social que até então nunca foi disposto em seus filmes, a Disney acaba promovendo e perpetuando representações errôneas acerca de personagens afrodescendentes, reforçando o racismo, o preconceito e a discriminação. Dito isso, outro ponto de análise, é o embranquecimento da personagem principal. Na segunda cena musical⁷ retratada no filme, a personagem canta pelos seu sonho de "chegar lá" e conseguir o que almeja, no entanto surge durante a apresentação, uma imagem de representação da branquitude.

⁶ Disponível: <https://bitlybr.com/TeL>

⁷ Almost There. Composição: Randy Newman. Interprete: Anika Noni Rose

Figura 2: Cena da canção “Estou quase lá”.



Fonte: DisneyMusicVEVO, 2020.

Nessa cena, vemos Tiana com o estilo típico da mulher dos anos de 1920, período em que o filme é representado, com todo o seu cabelo liso em corte chanel “o que nos permite associar sucesso a embranquecimento” (Azevedo e Silva, 2016, p. 18-19), compactuado com isso podemos citar o que afirma Michele Maria Crespi Citolin (2017, p. 50):

O negro ao ver-se colocado de lado, invisível, procura saídas. Uma delas seria o embranquecimento. A elite negra possuía um sonho de tornar-se semelhante ao branco. Para isso, foi preciso criar uma admiração pela cor do outro, aceitar a colonização e recusar a si mesmo. O embranquecimento realiza-se primeiro pela assimilação dos valores culturais brancos. Desta maneira, o negro vai vestir-se como europeu e consumirá sua alimentação.

A discussão sobre o embranquecimento e a busca pela assimilação dos valores culturais brancos entre os negros é complexa e multifacetada. Essa dinâmica reflete não apenas a pressão social e histórica imposta sobre as populações negras, mas também as estratégias de sobrevivência e ascensão em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural, sendo que este, nas palavras de Silvio Almeida (2019) “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em

desvantagens ou privilégios, a depender do grupo racial ao qual pertençam”, sendo que este fenômeno constitui a estrutura da sociedade, incluindo as relações políticas, jurídicas, econômicas e sociais, ou seja, além de estrutural é estruturante para as relações sociais e para a formação do sujeito.

Isso posto, ao abarcar a ideia da utilização da produção cinematográfica como proposta de fomentar a análise, crítica e reflexiva na sala de aula, a partir da lei 10.639/03 se faz relevante por estar na pauta atual sobre a difusão do racismo em várias plataformas de produção de conteúdo.

O que se propõe é que o/a professor/a, utilizando conceitos acerca da temática em discussão, utilize-se do filme de forma a promover um debate mais amplo sobre o racismo estrutural e a capacidade dos/as estudantes de identificar os estereótipos e arquétipos apresentados no filme e com isso desmistifica-los e desconstruí-los. Nesse sentido, o ensino de história é fundamental para promover uma educação antirracista na educação básica.

Daniela Jakubaszko (2015, p. 12) fala que, em sala de aula:

Para quebrar estereótipos e romper preconceitos, nada mais eficaz que uma boa e organizada reflexão. Tanto a discussão em grupo quanto o debate são estratégias de diálogo que levam ao pensamento qualificado. E podem ser utilizados em todas as disciplinas.

Com isso, a não utilização do filme *A princesa e sapo* (2009) pelo fato de fomentar ideias e representações errôneas sobre a população negra acaba não sendo justificável, visto que o/a professor/a pode, a partir desse contexto, propor um debate crítico e reflexivo entre os/as alunos/as, promovendo discussões que evoque pensamentos distintos e dissonantes em relação a essa produção cinematográfica, estimulando os/as discentes uma reflexão crítica da realidade e que também tenham a oportunidade de conhecer a história e a cultura africana e afro-brasileira, a partir do que determina a lei 10.639/03. Selva Guimarães Fonseca (2010, p. 3) endossa esse pensamento ao falar que:

Os conteúdos, os temas e os problemas de ensino de História — sejam aqueles selecionados por formuladores das políticas públicas, pesquisadores, autores de livros e materiais da indústria editorial, sejam os construídos pelos professores na experiência cotidiana da sala de aula — expressam opções, revelam tensões, conflitos, acordos, consensos, aproximações e distanciamentos; enfim, relações de poder.

O diálogo entre professor e aluno no ensino de história pode servir como uma oportunidade para explorar não apenas os estereótipos presentes no filme, mas também para examinar criticamente como essas representações foram construídas e disseminadas ao longo do tempo. Além disso, os alunos podem ser encorajados a refletir sobre eventos históricos e contextos sociais que moldaram essas representações, promovendo assim uma maior compreensão crítica das narrativas históricas e dos processos de exclusão e inclusão que permeiam a história.

Considerações finais

Ao longo deste artigo sobre a representação do negro no filme *A Princesa e o Sapo*, foi possível observar como as produções audiovisuais podem ser poderosas ferramentas para abordar questões complexas e atuais, como a diversidade étnico-racial. A análise crítica desse filme nos leva a refletir não apenas sobre a presença de personagens negros na mídia, mas também sobre a forma como são representados e os impactos dessas representações na construção de identidades e na perpetuação de estereótipos.

É fundamental reconhecer que a inclusão de filmes como *A princesa e o sapo* no ambiente escolar vai além do entretenimento, sendo uma oportunidade valiosa para promover discussões significativas sobre racismo, preconceito, discriminação, exclusão/inclusão. Através da análise dessas produções cinematográficas, os/as alunos/as podem desenvolver um pensamento e olhar crítico e sensível em relação às representações culturais e étnicas presentes na sociedade, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, empáticos e antirracistas.

Nesse sentido, a educação antirracista se apresenta como um desafio e uma responsabilidade coletiva da comunidade escolar, que inclui professores/as, gestores/as, alunos/as e familiares. A efetiva implementação da lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, requer não apenas a inclusão de conteúdos curriculares, mas também a adoção de práticas pedagógicas que promovam a reflexão crítica e o respeito à diversidade.

Portanto, é fundamental que as instituições de ensino sejam espaços de diálogo, acolhimento e valorização da pluralidade étnico-cultural, onde as diferenças sejam celebradas e os/as alunos/as sintam-se representados e respeitados em sua

identidade cultural. A utilização de filmes nas práticas pedagógicas educativas, em especial nas aulas de história, pode possibilitar uma compreensão mais ampla e visual de diversas temáticas e tempos distintos. Nesse caso, filmes como *A princesa e o sapo* também podem contribuir para uma análise crítica e reflexiva no ensino de história e a percepção dos/as estudantes sobre a importância de compreender a formação das sociedades como diversa, multicultural e pluriétnica, assim como para fomentar uma educação antirracista, dentro e fora da sala de aula, sociedade cada vez mais diversa e multicultural.

Referências

- ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. O Movimento Negro no Brasil. In: **Portal Geledés**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-movimento-negro-no-brasil/>>. Acesso em: 8 abr. 2024.
- ALENCAR, Sylvia Elisabeth Paula. O cinema na sala de aula: Uma Aprendizagem dialógica da disciplina de História. **Repositório UFC**. Fortaleza - CE. 2007.
- AZEVEDO, Amailton Magno; SILVA, Sheila Alice Gomes. “Era Uma Vez...”: O Negro No Imaginário Encantado. **Sankofa**, vol. 7, n. 14, São Paulo, 2014, p. 8–22.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: História, Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL, Lei Nº 10.639, 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**. Brasília - DF. Jan. 2003.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, MEC, 2004.
- CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: Uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.98-111/2021.
- CITOLIN, Michele Maria Crespi. Representação da negritude: uma análise da primeira princesa negra da Disney em “A princesa e o sapo”. **Repositório UFRS**. Porto Alegre – RS. 2017.
- DA SILVA, Linda Gabrieli; D’ARIENZO, Maria Augusta. A utilização das tdics como estratégia de ensino e seus desafios ao processo de aprendizagem. **Repositório Faed**. Passo Fundo – RS. 2019.
- FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.
- FRASER, Nancy. **Da Redistribuição ao Reconhecimento?** Dilemas da Justiça em uma era pós-socialista. Tradução Júlio Assis Simões. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14/15, p.231-239, 2006.
- GULIN, Miriam Cristina Ferreira. Um olhar a áre de língua portuguesa no ensino fundamental: Análise do uso das TDIC na BNCC. **Repositório UTPR**. Curitiba - PR. 2020.
- HUSSEIN, Vitória Miron. Racismo nas animações estadunidenses e as leias de segregação racial (1932 – 1941). **Repositório UFSM**. Santa Maria – RS. 2022.
- JAKUBASZKO, Daniela. Quebrando estereótipos e rompendo preconceitos na sala de aula. **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 168. Maringá – PR. 2015.

LERRO, Luiz Daniel. Abrindo os olhos e desmascarando o racismo: a Lei 10.639/2003 em sala de aula, fruição e análise de imagens visuais. **Revista ponto de vista**. Viçosa – MG. Vol. 13 n. 1–2024.

MENDONÇA, Camila. Positivismo. **Educa+Brasil**. 21/07/2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/positivismo>. Acessado em 14 de julho de 2024.

MIRANDA, Rosa. A princesa e o sapo e suas reproduções dos estereótipos dos negros. 6 de Agosto de 2016. **Medium**. Disponível em: <https://medium.com/musicais-utopias-no-audiovisual/a-princesa-e-o-sapo-e-suas-reprodu%C3%A7%C3%B5es-dos-estere%C3%B3tipos-dos-negros-4362fc21970b>. Acessado em 23 de março de 2024.

NUNES, Antonio de Assis Cruz; SILVA, Andréa Luisa Frazão; ROCHA, Luís Félix de Barros Vieira. A Lei 10.639/03 como instrumento político-pedagógico na perspectiva da Interculturalidade. **Dialogica**. n. 29, p. 95-110, mai./ago. São Paulo - SP. 2018.

SANTOS, Cláudia Adriana Souza; ROCHA, Bernardo Almeida. Percepções docentes acerca da lei 10.639/03: obrigatoriedade da temática. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S.L.], v. 10, p. 375-388, 16 jan. 2024.

SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A Lei nº 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 949-967, jul./set. 2018.

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: SANTOS, Renato E. dos. (Org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o Negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 21-40.

SILVA, Veruska Anacirema Santos da. **A importância da escola dos Annales para o estudo da relação entre cinema e história**. UnB. Salvador - BA. 2009. pp. 1 - 6.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

SOUZA, Éder Cristiano de. O que o cinema pode ensinar sobre a história? Ideias de jovens alunos sobre a relação entre filmes e aprendizagem histórica. **História & Ensino**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 25, 13 abr. 2010.

VARELA, Simone. Trajetória do ensino de história no Brasil. **IV Congresso sergipano de história & IV encontro estadual de história da ANPUH/SE**. Aracaju - SE. 2014.